



MUNICÍPIO DE MIRA

Aviso n.º 10902/2023

Sumário: Abertura de procedimento de mobilidade interna, na categoria, entre órgãos ou serviços para ocupação de um posto de trabalho, na carreira/categoria de técnico superior, na área de atividade de turismo.

1 — Torna-se público que na sequência do meu despacho de 26/04/2023 proferido no uso de competência delegada por despacho de 29/10/2021, se encontra aberto, pelo período 10 dias úteis, a contar do dia seguinte ao da publicação da oferta de emprego na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do Município, Procedimento de mobilidade interna na categoria, entre órgãos ou serviços para ocupação de um posto de trabalho, na carreira/categoria de Técnico superior na área de atividade de Turismo, com candidato detentor de relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, podendo aquela mobilidade perdurar pelo período de 18 meses, excetuando a possibilidade do seu prolongamento, o artigo 97.º da Lei Geral de trabalho em Funções públicas (LTFP) na atual redação.

2 — O presente procedimento rege-se pelo disposto nos seguintes diplomas: Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, pela Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro; Código do Procedimento Administrativo, Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na atual redação.

3 — Caracterização do posto de trabalho:

Planear, organizar e promover as ações promocionais de oferta turística do concelho;
Elaborar estudos e relatórios no âmbito do planeamento municipal, relacionados com a sua área de intervenção;

Elaborar propostas de textos turísticos, mediante o levantamento de conteúdos e investigação bibliográfica;

Colaborar com os organismos regionais e nacionais de fomento do turismo;

Colaborar com outros serviços municipais no âmbito da promoção e animação turística do Concelho;

Colaborar na realização das atividades do Posto de Turismo e restantes postos de informação turística, bem como propor e desenvolver ações de acolhimento e apoio aos turistas;

Elaborar e distribuir folhetos e publicações dos locais e atividades de interesse turístico;

Acompanhar a elaboração e execução de candidaturas a programas nacionais ou comunitários de eventual apoio às várias atividades turísticas do concelho;

Analisar a evolução da situação turística do concelho, propor a adoção de diretrizes para a definição de prioridades, concretizando as respetivas medidas;

Sugerir e promover a criação e desenvolvimento de atividades e infraestruturas de apoio ao turismo concelhio, efetuando, caso necessário, contactos com entidades ligadas ao turismo e promover a realização conjunta de iniciativas;

Participar em júris de concursos, comissões ou grupos de trabalho;

Assegurar outras tarefas que lhe sejam superiormente cometidas

4 — Quanto ao perfil de competências: experiência profissional comprovada nas matérias relacionadas com as atividades de emprego público por tempo indeterminado;

5 — Remuneração: Correspondente à posição remuneratória detida pelo candidato na entidade de origem.

6 — Local de trabalho: Município de Mira.

7 — Requisitos Gerais de Admissão:

7.1 — Ser titular de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado;

7.2 — Estar integrado na carreira de Técnico superior, na área de atividade Turismo;

7.3 — Nível habilitacional: Licenciatura em Turismo, Lazer e Património;

7.4 — Área de Educação e Formação, nos termos da alínea i) do n.º 3, do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro — Serviços, Serviço Pessoais, código 812 — Turismo e Lazer, por referência à Classificação Nacional de Áreas de Educação e Formação (CNAEF).

8 — Forma de apresentação das candidaturas: As candidaturas poderão ser entregues pessoalmente na Secção de Recursos Humanos, remetidas pelo correio registado com aviso de receção, para Câmara Municipal de Mira, Praça da República 3070-304 Mira ou remetidas em formulário próprio para o correio eletrónico recrutamento@cm-mira.pt, devendo constar obrigatoriamente, os seguintes elementos: Identificação completa do candidato, endereço eletrónico, acompanhado de declaração onde conste a menção expressa da modalidade de relação jurídica de emprego público, da carreira e da posição e nível remuneratórios detidos.

8.1 — A apresentação das candidaturas em suporte papel ou digital deverá ser acompanhada sob pena de exclusão, da seguinte documentação, em formato pdf: Currículo profissional detalhado, comprovado e assinado; Fotocópia do documento comprovativo das habilitações literárias e Declaração emitida pelo serviço público de origem devidamente atualizada da qual conste identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria que é titular, da posição remuneratória e nível remuneratório que detém à data, a descrição de atividades/funções que atualmente executa e avaliação de desempenho obtida nos últimos três anos.

8.2 — Para que seja tido em conta para efeitos de avaliação curricular, deverão os candidatos, apresentar documentos comprovativos da experiência profissional e da formação profissional, sendo que, serão apenas consideradas a formação e a experiência relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício de funções.

8.3 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a cada candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

8.4 — As falsas declarações, e omissões, prestadas pelos candidatos implicam a sua exclusão, independentemente do procedimento criminal a que haja lugar, nos termos da lei penal.

9 — Métodos de seleção: O método de seleção será Avaliação curricular (AC).

10 — Avaliação Curricular — visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais a habilitação académica ou nível de qualificação, a formação profissional, a experiência profissional e a avaliação do desempenho, nos termos da alínea c), do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro e cuja ponderação consta do n.º 5 do aludido artigo.

11 — Serão excluídos os candidatos que obtenham valoração inferior a 9,5 valores no método de seleção.

12 — A ordenação final dos candidatos que completem o procedimento concursal, com aprovação no método de seleção aplicado, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas.

12.1 — A lista de ordenação final dos candidatos aprovados, referidos no número anterior, é unitária e é elaborada até 10 dias úteis após a realização do método de seleção.

13 — Em situações de igualdade de valoração, serão aplicados os critérios de seleção definidos no artigo 24.º da referida Portaria.

14 — As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação do método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método de seleção serão facultados aos candidatos sempre que solicitadas por escrito.

15 — Os candidatos serão notificados por uma das formas previstas no artigo 6.º da Portaria.

16 — A lista dos resultados obtidos será afixada no átrio do Município e divulgada na página eletrónica do município.

17 — A lista unitária de ordenação final, após homologação é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no átrio dos Paços do Município e divulgada no sítio do município.

18 — Composição do júri: Presidente: Dr.ª Brigitte Maria Capelôa, Chefe da DECD, Vogais efetivos: Dr. João Manuel Maranhão Cupido, Chefe da UTE e Dr.ª Martha Domingues Camarneira, Técnica Superior. Vogais Suplentes: Dr.ª Carmen da Conceição Santos, Chefe da DAF e Dr. Ângelo Manuel Morais Lopes, Chefe da DPCPOA.



19 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

20 — A presente oferta de emprego será publicitada na www.bep.gov.pt e na página eletrónica do Município.

21 — Na tramitação do presente procedimento serão cumpridas as disposições do RGPD — Regulamento Geral sobre a Proteção de dados, relativamente ao tratamento de dados pessoais.

22 — Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as normas constantes da legislação atualmente em vigor.

26/04/2023. — A Vereadora, *Madalena Isabel Colaço dos Santos*, Dr.ª

316477818